

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

INVENTÁRIO E PARTILHA

Judicial e Extrajudicial



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale

- Fechamento desta edição: 27.09.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C29i

Cameiro, Paulo Cezar Pinheiro, 1948-

Inventário e partilha : judicial e extrajudicial / Paulo Cezar Pinheiro Cameiro. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8291-1

1. Inventários de bens – Brasil. 2. Partilha de bens – Brasil. 3. Herança e sucessão – Brasil. I. Título.

18-52648

11 25702

CDU: 347.65/.68(81)

SUMÁRIO

Introdução: Direito das Sucessões	1
1. Sucessão: generalidades	1
2. As diferentes espécies de sucessão <i>causa mortis</i>	2
3. O direito de <i>saisine</i>	4
4. Sucessão legítima	6
4.1. Generalidades e rol de herdeiros	6
4.2. Modos de suceder.....	7
4.3. A sucessão de cada um dos herdeiros.....	8
4.3.1. A sucessão dos descendentes	8
4.3.2. A sucessão dos ascendentes.....	8
4.3.3. A sucessão do cônjuge e do companheiro.....	9
4.3.4. A sucessão dos colaterais	10
4.4. Herança jacente e herança vacante.....	11
5. Sucessão testamentária	12

Primeira Parte:

INVENTÁRIO E PARTILHA JUDICIAIS

Capítulo I – Disposições Gerais	19
1. Generalidades	19
2. As modalidades de inventário: judicial e extrajudicial.....	27
3. Partilha por ato <i>inter vivos</i>	28
4. Inventário negativo	29
5. Inventário: jurisdição contenciosa ou voluntária	30
6. A atividade do Ministério Público no inventário	32
7. Alvará e inventário	33
8. Prazo para o início e término do inventário. Litigância de má-fé	34
9. Competência para o processo de inventário	36
9.1. Incompetência relativa	37
9.2. Prevenção	40
10. Questões de direito que o juiz pode decidir	40
11. Questões prejudiciais	43

12. As questões de direito que podem ou não ser decididas pelo juiz do inventário e a jurisprudência	46
13. Recurso cabível em face das questões decididas no curso do inventário	48
14. O administrador provisório. Quem exerce tal função	49
15. O administrador provisório e a representação do espólio	50
16. A responsabilidade do administrador provisório	52
Capítulo II – Legitimidade para Requerer o Inventário	53
17. Obrigação do administrador provisório de requerer a abertura do inventário	53
18. A certidão de óbito deve instruir o pedido	53
19. Da legitimidade para requerer a abertura do inventário	54
Capítulo III – Inventariante e Primeiras Declarações	59
20. Nomeação do inventariante. Ordem de preferência. Recurso	59
21. Questões controvertidas sobre a nomeação do inventariante	63
21.1. Dissensão entre os herdeiros	63
21.2. Nomeação do cônjuge casado com regime diverso do da comunhão universal, ou da(o) companheira(o), como inventariante	64
21.3. O credor do espólio, o cessionário de direitos hereditários e a inventariança.....	66
22. Remuneração do inventariante judicial e do dativo	68
23. Honorários advocatícios contratados pelo inventariante	69
24. O inventariante e o termo de compromisso.....	70
25. A representação judicial do espólio	71
26. A administração do espólio	75
27. As primeiras e as últimas declarações	75
28. Obrigação de exhibir documentos e apresentar a certidão do testamento	76
29. Obrigação de trazer bens à colação	76
30. A prestação de contas do inventariante.....	77
31. O pedido de insolvência	80
32. Alienação de bens do espólio	81
33. Autorização para transigir	85
34. Dívidas do espólio e despesas para a conservação e o melhoramento dos bens do acervo	87
35. Conteúdo das primeiras declarações	88
36. A situação dos herdeiros quanto à sociedade comercial de que o inventariante fazia parte	91
37. A sonegação de bens em inventário. Forma de imposição das penalidades.....	93

38. Remoção do inventariante	96
39. Processamento da remoção e defesa do inventariante	99
40. A decisão sobre a remoção do inventariante	100
41. O dever de entregar os bens e a responsabilidade do inventariante....	101
Capítulo IV – Citações e Impugnações.....	103
42. A citação daqueles que devem figurar obrigatoriamente no processo	103
43. A forma de citação no processo de inventário	104
44. Defesa dos interessados no processo de inventário e pronunciamento do Ministério Público	106
45. O procedimento da impugnação e o recurso cabível	108
46. Admissão no inventário de herdeiro ou legatário preterido. A situação do cônjuge ou da(o) companheira(o).....	109
47. Procedimento para admissão no inventário do herdeiro preterido e do pedido de meação do cônjuge ou companheira(o). Recurso cabível....	113
48. A atuação da Fazenda Pública como parte. Informação do valor dos bens de raiz	114
Capítulo V – Avaliação e Cálculo do Imposto.....	117
49. A avaliação judicial como elemento de prova	117
50. Como deve ser elaborado o laudo	119
51. Casos de dispensa de avaliação de bens situados em comarca diversa daquela em que tramita o inventário	121
52. Dispensa da avaliação. Valores atribuídos pelos herdeiros	121
53. Dispensa da avaliação. Valores atribuídos pela Fazenda Pública	123
54. Impugnação à avaliação	123
55. Declarações finais	126
56. Manifestação das partes sobre as últimas declarações.....	126
57. Elaboração do cálculo do imposto	127
58. Impugnação do cálculo	131
59. A sentença que julgou o cálculo. Natureza jurídica. Recurso cabível	132
60. Momento do recolhimento do imposto. Quem está obrigado a fazê-lo ...	133
61. A renúncia à herança	135
Capítulo VI – Colações.....	137
62. Colação. Momento da conferência e da apuração do excesso	137
63. A apuração do valor do bem a ser colacionado	142
64. Da partilha em vida. Impossibilidade da colação.....	144
65. A renúncia, a exclusão da herança e a colação	146
66. Possibilidade de escolha dos bens a serem colacionados	148
67. Colação de bem que não comporte divisão cômoda	149
68. Mecanismo para proceder à colação	149

69. Momento para proceder à colação	151
70. O procedimento do incidente de colação. O recurso cabível	151
Capítulo VII – Pagamento das Dívidas	155
71. O pedido de pagamento de dívidas do <i>de cuius</i> . Procedimento quando ocorre a concordância das partes	155
72. Pedido de alvará. Obrigações outras do <i>de cuius</i> que não de natureza pecuniária	158
73. Pedido de pagamento de dívidas dos herdeiros	159
74. A discordância das partes, da Fazenda Pública ou do Ministério Público. A reserva de bens	160
75. Da habilitação de crédito ainda não exigível. Natureza. Procedimento em caso de concordância	162
76. Medidas judiciais próprias em caso de discordância. A condenação para o futuro	164
77. Interesse do legatário na habilitação de crédito.....	165
78. Nomeação de bens à penhora no processo em que o espólio for executado.....	166
Capítulo VIII – Partilha	167
79. Pedido de quinhão	167
80. Regras que devem ser observadas pelo juiz na decisão de deliberação da partilha.....	168
81. Bens insuscetíveis de divisão cômoda	170
82. A decisão sobre a deliberação da partilha. Recurso cabível	172
83. Reserva de bens para o nascituro	174
84. A organização do esboço de partilha pelo partidor.....	174
85. A manifestação das partes sobre o esboço de partilha. O pronunciamento judicial	175
86. O que deve conter a partilha	177
87. O pagamento do imposto de transmissão e as certidões negativas são condições para sentença de partilha?.....	177
88. A sentença que julga a partilha. Recurso	180
89. O formal de partilha	182
90. Possibilidade de emenda da partilha	183
91. Modificação da partilha.....	185
92. Partilha amigável. Ação anulatória	186
93. Prazo para a ação anulatória	188
94. Competência e procedimento para a ação anulatória	191
95. Legitimidade para a ação anulatória. Não cabimento de ação de nulidade de partilha decorrente de processo contencioso de inventário	192
96. Cabimento da ação rescisória	195

97. Cabimento da ação rescisória para atacar outras decisões proferidas no inventário	197
98. Legitimidade	197
99. Procedimento e competência	198
100. Efeitos da rescisão	199
Capítulo IX – Arrolamento	201
101. Arrolamento. Tipos	201
102. Arrolamento sumário. Irrevogabilidade da partilha amigável	203
103. Desnecessidade da prova de quitação dos tributos.....	204
104. Possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário...	207
105. A petição inicial do arrolamento.....	208
106. A desnecessidade de avaliação dos bens do espólio	211
107. Taxa Judiciária. Questões relativas aos tributos incidentes sobre a transmissão de bens do espólio	211
108. Da obrigatoriedade ou não da intervenção da Fazenda Pública	212
109. O arrolamento sumário e a posição dos credores	213
110. Arrolamento comum. Cabimento	214
111. Procedimento	215
112. Levantamento de valores sem necessidade de inventário ou arrolamento	218
113. Legitimidade	221
114. Aplicação subsidiária do procedimento comum do inventário. Cessão de direitos	222
Capítulo X – Disposições Comuns	225
115. Tutela provisória no inventário.....	225
116. Cessação e substituição da tutela de urgência cautelar.....	227
117. Sobrepartilha	229
118. Sobrepartilha dos bens sonegados	230
119. Sobrepartilha dos bens litigiosos	231
120. Sobrepartilha dos bens descobertos depois da partilha, daqueles situados em local remoto ou de difícil ou morosa liquidação.....	232
121. A guarda e a administração dos bens litigiosos, de difícil liquidação ou situados em lugar remoto. A inventariança na sobrepartilha	233
122. Procedimento da sobrepartilha	233
123. Nomeação de curador especial.....	234
124. Cumulação de inventários de herdeiros comuns	236
125. Cumulação de inventários de cônjuges ou de companheiros.....	236
126. Cumulação de inventários pela relação de dependência entre eles	237
127. Procedimento do segundo inventário	238

128. Cumulação de inventários. Prevalência das primeiras declarações e da avaliação	239
129. Possibilidade de partilha, no inventário do cônjuge herdeiro supérstite, de bens omitidos no inventário do cônjuge premorto	239

Segunda Parte:

INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL

Capítulo XI – Disposições Gerais.....	243
130. Desjudicialização de procedimentos na perspectiva do acesso à justiça ...	243
131. Generalidades	243
132. Aplicabilidade da norma no tempo.....	244
133. A facultatividade do procedimento.....	244
Capítulo XII – Procedimento. Alienação de Bens.....	247
134. Local da realização da escritura.....	247
135. Requisitos	248
136. Reconhecimento da condição de herdeiro. União estável	251
137. Levantamento de dinheiro e alienação de bens.....	251
138. Bens localizados no exterior	252
139. Função do tabelião	252
Capítulo XIII – Requisitos e Representação.....	255
140. Prazo para abertura do inventário	255
141. Documentos exigidos para a realização da escritura de inventário.....	255
142. Descrição dos bens.....	256
143. Gratuidade.....	257
144. Emolumentos.....	258
145. Comparecimento dos herdeiros	258
146. A representação do espólio na escritura.....	259
Capítulo XIV – Dívidas e Bens.....	261
147. Das dívidas e demais obrigações pendentes	261
148. Pagamento de tributos. Fiscalização	261
149. Transferência de bens móveis e imóveis	262
Capítulo XV – Disposições Comuns.....	263
150. Cumulação de inventários	263
151. Inventário negativo.....	263
152. Sobrepartilha.....	263
153. Invalidez da partilha	264
Bibliografia	267